

As manifestações do dia 28 de Abril recém-findo fecharam o ciclo iniciado logo após as últimas eleições presidenciais. A exacerbação do movimento de desestabilização inaugurado na pré-campanha eleitoral intensificou-se progressivamente até converter-se em incitamento intimidatório e chegar estrategicamente à fase de terra arrasada, como se as diversas vertentes nela empenhadas estivessem jogando a cartada final de alcançarem o governo da República sem passar pelo crivo das urnas. Valeu tudo, deixando nos conquistadores do momento a sensação de que podiam o que quisessem, um cacoete que permaneceu.

A Revolução Industrial deu forma à aplicação e movimentação seletiva de capitais e aos conglomerados de interesses; a alta demanda de mão de obra dela decorrente ampliou o mercado de trabalho masculino, ao mesmo tempo em que absorveu, desde logo desnivelando-a da remuneração do trabalho masculino, a remuneração da mão de obra feminina, enquanto nivelava suas tarefas e responsabilidades às dos homens, iniciando, “de forma organizada”, a exploração do trabalho infantil. O *boom* industrial deu-se com a indústria têxtil. Em maior ou menor grau, fora dos principais centros industriais europeus, o proveito abusivo obtido dos trabalhadores, a degradação da mão de obra feminina, a exploração do trabalho infantil e o trabalho semi-escravo ou escravo nunca desapareceram. A exploração do homem-espécie pelo seu semelhante é da índole de boa parte da humanidade. A única maneira de conter essa inclinação negativa foi a criação de leis e sindicatos trabalhistas fortes, que nunca gozaram da melhor estima da classe empresarial. São recorrentes as tentativas de enfraquecê-los para o melhor controle da força de trabalho. Mediante um sistema de compromissos-recompensas, os mais eficientes aliados do aviltamento da mão de obra estão nos quadros mais diretamente capazes de manipular as populações e seu contingente obreiro.

Foi em tal ambiente que Adam Smith ensinou aos países de menor peso no panorama econômico de sua época: Não tentem produzir se sua vocação não é essa; forneçam matéria-prima ou apenas mão de obra e importem os produtos industrializados ingleses de que necessitem. Em alguns países em desenvolvimento subsistem os nostálgicos das lições *smithianas* e as práticas de subordinação da mão de obra aos interesses do grande capital, hoje, em função dos modernos meios operativos, em maciça movimentação pelo planeta à cata de, ou patrocinando, as oportunidades de investimentos

às melhores taxas de retorno, não importando, absolutamente, o bem-estar das populações locais.

Noam Chomsky advertiu: No momento em que China e Índia não mais necessitarem das monumentais quantidades de matérias-primas do Brasil — ou, acrescento eu, quando suas reservas se esgotarem —, o país estará em graves dificuldades.

Tem-se ouvido muito alegações de modernização das leis trabalhistas para tentar justificar o afastamento das garantias por elas proporcionadas, de notar-se que tais alegações partem invariavelmente de fontes mantidas pelos impostos de quem produz ou movimenta as riquezas geradas pelas forças produtivas. Diz-se querer um país melhor, mas não melhora nada, nem se constata modernidade alguma quando se empurra o trabalhador de volta ao passado semi-escravo, nem tão remoto assim, passado esse às vezes caracteristicamente escravo e bem recente; não há modernidade alguma quando do trabalhador quer-se subtrair direitos que melhor o exprimiram como ser humano. Precisamos de mais direitos humanos, não de sua subtração. Direito trabalhista é essencialmente direito humano, com todos os seus consectários, entre eles a Justiça do Trabalho, garantidora de sua observância, por isso tão ultrajada por alguns setores da sociedade brasileira.

Não seriam as mudanças propostas na legislação verdadeiros cavalos de Tróia? Trabalhar por hora é muito bom, certo? Não, errado! Há experientes consultores de empresas, já aposentados faz algum tempo, na expectativa de volta ao mercado de trabalho; eles compreendem melhor certas coisas, lêem as entrelinhas dos esquemas empresariais.

As empresas se organizarão com funcionários fixos e bem pagos nos postos-chave, espécie de capatazes; todas as funções de linha — maior parte da força de trabalho — terão pessoal flutuante.

O contingente de desempregados no Brasil alcançou a marca dos 14 milhões e 200 mil. O trabalhador 'A' está desempregado, tem a família para prover e contas a pagar. Não lhe sobrar tempo ou espaço para negociação.

– *O salário-hora é esse aí, Belo, aceita ou sai do caminho que tem gente querendo.*

O trabalhador não poderá planejar a sua vida, não saberá quando estará trabalhando ou não, especialmente porque os empregadores, entre os quais um número exageradamente grande não opera sob o mais estrito profissionalismo, não se darão muito aplicarem-se em planejar o seu quadro de pessoal, sua Administração, Produção e Vendas. Se apertar, contratarão fácil, se as encomendas diminuïrem em virtude da alta de preços e menores investimentos, dispensarão com facilidade, sem nenhum ônus. Recontratarão quando e se lhes convier. E como estamos no Brasil, não é descabido imaginar que “capatazes” condicionem a recontratação de trabalhadores ao recebimento de dada percentagem do seu salário, além de oferecer aos caras maus uma ferramenta altamente eficiente e perversa de controle sobre a população: *Tu farás o que te estamos dizendo para fazer ou nunca mais trabalharás*. Isso não é fantasia, já acontece em pequena escala; o novo regime de mão de obra ampliará enormemente tal prática.

Allan Greenspan, o todo-poderoso da Federal Reserve cantado em prosa e verso pelo *establishment*, a que a glamorização gosta de chamar Mercado, depondo, informou sua política de gestão: Manter a insegurança dos trabalhadores, que, assim, não fariam exigências. A luta por adequadas condições de trabalho e salários decentes sempre incomodou a plutonomia; com a política de Greenspan, cerca de dois terços dos lucros dos lucros das Empresas vinham do mercado financeiro, o emprego, inseguro, minguou os salários, as contas deixaram de ser pagas, as hipotecas entraram no rol das inadimplências. Aí, 2008 e tudo o que sabemos. Estamos indo pelo mesmo caminho, só que não temos a pujança e capacidade de recuperação econômica dos Estados Unidos que, mesmo assim, ainda exibem as marcas do cataclismo.

Para começo de conversa, a Previdência: Não é propriamente uma questão de *deficit* a ser coberto, tempo e valor não contemplam essa hipótese. Com a queda dos salários, as contribuições previdenciárias serão menores, por isso o trabalhador terá de contribuir por mais tempo para aposentar-se.

Temos muito próxima de nós uma bomba de efeito retardado de grande poder destrutivo. Aumentará a concentração de capital, as operações financeiras dispararão — a Economia, o Mercado estão sendo preparados para isso —, mas uma grande parte da população estará sem trabalho e desassistida. É bom não pagar para ver.

De Arlindo Cruz, Zeca Pagodinho e um terceiro autor, cujo nome, consternado, não consigo lembrar, frase de uma composição musical: *Camarão que dorme a onda leva*. Não temos a estabilidade institucional necessária às mudanças de monta; não será melhor deixar as coisas correrem com cautela, como convém às mudanças propostas de regras da natureza das atuais, e, enquanto isso, deixar que as demais coisas que estão para acontecer se definam? Falamos sobre isso muito recentemente. Fique atento, o que vale para todos, inclusive para aqueles a patrocinar a loucura esboçada. O raciocínio de alguns setores é o de que logo se esquecerá quem provocou os desajustes sociais; pode não ser bem assim desta vez, os estragos serão colossais e estômagos vazios e filhos implorando por comida costumam provocar reações incontroláveis.

É claro que se precisa fazer alguma coisa, a começar pela exibição à Sociedade dos números reais e verificáveis do *deficit* alegado da Previdência. Depois, o que quer tenha de ser feito, deve sê-lo com prudência e vagar após ampla discussão não apenas no Congresso; há muita, muita gente a declarar abertamente que o corpo político atual não a representa. A quem interessa o afogadilho? Os fundos da Previdência são declaradamente utilizados para o financiamento da Saúde e dos Programas Sociais; o trabalhador, só ele, é sobre-tributado; saber-se que o desemprego continuaria aumentando nada teve a ver com bolas de cristal, a previsibilidade decorre de simples equacionamento econômico do fato de que o aumento do número de desempregados serve como elemento de pressão para aceitação das reformas propostas; nem a reforma trabalhista, nem a reforma previdenciária têm a ver com recuperação econômica, mas com o enquadramento da mão de obra em moldura de interesses conflitantes com os interesses da força de trabalho e do país, além de manter a sobre-tributação para financiar rubricas estranhas à aposentadoria e pensões.

Em apenas um canal de televisão a Administração anuncia que se quebrar a

Previdência o Brasil quebrará junto. Noutra chamada diz que se quebrar a Previdência você não receberá o seu salário, mas não diz quem é o “você” que não receberá o seu salário. Nada disso é verdade; a Previdência é a Previdência, nada tem a ver com a Economia em si, como um todo. Além disso, a Previdência não quebrará. Não se tem de aprovar as reformas trabalhista e previdenciária tal como aí estão; tem-se de fazer cessar a prática de subtrair dela valores para financiar outras rubricas, além de providenciar urgentemente o equacionamento de certas despesas da República à real expressão da nossa Economia, consideradas os itens de necessidade mais premente da população, já hoje praticamente desassistida. Se o Brasil quebrasse, o que jamais acontecerá, não seria pela quebra da Previdência, que também não quebrará. Sem colocar esses mais de 14 milhões de trabalhadores desempregados para trabalhar, não há que falar em reforma trabalhista e previdenciária.

As declarações sobre as manifestações da última sexta-feira permitem a ilação de que a Administração se propõe medir força com os trabalhadores. É o caminho mais curto para o pior. Será esse o propósito? Por trás de tudo o que está aí, apenas pretextos? Em algum lugar do mundo a democracia funcionou no governar contra o povo? Há muita fumaça no ar, muitas meias-verdades e algumas inverdades cruciais para ter-se uma visão clara e conclusiva desses fatores.

De qualquer modo, ainda não tenham sido pífias as manifestações do último dia 28, como quis fazer crer o Sr. Ministro, elas equivaleram tão só a um abalo sísmico. A erupção do vulcão poderá vir se as camadas e placas se sobrepuserem e atingirem o ponto de não-retorno, com consequências nem tão imprevisíveis assim, como não eram imprevisíveis as badernas verificadas nas manifestações do dia 28 último, praticadas por infiltrados nos movimentos de protesto, como aconteceu no pré-*impeachment*. O que ocorrer de pior terá por única e real responsável a Administração e seus apoiadores, muito pouco preocupados com o Brasil em si, que têm por escopo enfiar goela abaixo da população um elenco de medidas que ela não aceita em sua totalidade, pesem as modificações já feitas, pelo menos não antes de serem abolidos os privilégios e adequado o Custo-Brasil.

Fere os mais elementares, básicos, princípios republicanos e democráticos uma Administração a agir como se o país lhe pertencesse, fazendo ouvidos

moucos ao inconformismo dos cidadãos, que não pediram tutela. No período pré-impeachment a necessidade de ouvir e curvar-se à voz das ruas tornou-se um refrão, exaustivamente repetido. O que mudou? Por quê, na oportunidade, era preciso ouvir a voz das ruas e agora não? Naqueles tempos de envenenamento que enfermou o Brasil, também iam às ruas vozes discordantes, alinhadas com a Administração de então; agora sequer uma solitária voz levantou-se nas ruas contra os motivos dos protestos que envolveram ativa ou passivamente milhões de pessoas, a desmentir a infeliz dicção que classificou de pífias as manifestações verificadas, no passo em que reivindicava para a Administração o apoio da população. Que população?

A base da pirâmide e significativa parcela de sua expressão mediana não se quer habitante de nenhuma reserva *huxleyana* de selvagens tratados como cobaias e massa de manobra pela insuperável vocação elitista daquele 1% [hum por cento] da população brasileira que detém o controle do capital, e dos recentes comportamentos imperiais, que desvirtuam a República e o bem maior da cidadania de fazer valer os direitos de quem paga a conta, da vasta camada de cidadãos que mantém o país, presente enunciado alinhado pelo blog artigos atrás: O que quer seja decidido que não pelo povo em livre associação e manifestação não pode ser bom para o Brasil. E o povo, em sua expressão mais legítima, está dizendo NÃO! NÃO dessa forma!

